

Formação de professores e o Ensino de Química no Novo Ensino Médio

Editorial

O ensino secundário brasileiro já passou por reformas curriculares durante o último século inevitavelmente mergulhadas em diferentes contextos sócio políticos e históricos. Processos identitários e de produção de conhecimento escolar transmutam-se tradicionalmente em conjunção com a ordem econômica e o mundo do trabalho, conferindo a esse segmento da escolarização um caráter terminal com foco na formação de jovens trabalhadores.

Desde 1998, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, as disciplinas escolares começaram a ser interpeladas para diferentes formas de integração, sendo uma delas, a interdisciplinaridade. Com a promulgação da Lei 13.415/2017, o chamado “Novo Ensino Médio” configura-se numa perspectiva curricular radical de apagamento das disciplinas escolares. Todas as disciplinas inseridas em áreas do conhecimento tiveram redução de suas cargas horárias, diminuindo as possibilidades de desenvolvimento de situações de ensino e de aprendizagem nas salas de aula e mesmo fora delas, em atividades escolares outras.

No Brasil, há mais de meio século, a formação de professores se dá tradicionalmente no ensino superior, nas universidades e, majoritariamente, em cursos de licenciatura disciplinares. Neste contexto, tal situação cria uma dissonância importante e mobilizadora de desafios e crises que vêm sendo atravessados cotidianamente nas docências que acontecem nas escolas de Ensino Médio.

No âmbito da formação de professores, podemos mencionar alguns documentos promulgados nos últimos anos, a saber: i) a Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) e ii) a

Resolução CNE/CP Nº 1, de 6 de maio de 2022, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM Formação), as quais, tentam modular de forma impositiva a adequação das licenciaturas à BNCC como já vêm denunciando respeitadas entidades científicas.

Além desse hiato em relação à docência, é necessário destacar que o conhecimento escolar científico tem epistemologia e linguagens próprias em suas especialidades, a saber: Biologia, Física e Química. Do nosso ponto de vista, formas de integração curricular não podem colocar em risco uma formação científica sólida para a juventude, ainda mais considerando ondas de pensamento negacionista que se evidenciam na contemporaneidade.

Nesse sentido, no presente volume, apresentamos um dossiê que socializa um conjunto de contribuições de pesquisas científicas de professores/pesquisadores de distintas regiões brasileiras que tensionam os impactos da implementação do Novo Ensino Médio, no contexto da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), na formação inicial e continuada de professores de Química e nos desdobramentos para o ensino médio de Química.

Na pesquisa *“Os possíveis impactos da BNCC na formação inicial dos professores de Química: em busca de resistência”* de Fernanda Welter Adams e Edilson Fortuna de Moradillo, os autores analisam as concepções de licenciandos do curso de Licenciatura em Química da UFBA sobre a BNCC, seus slogans e seus possíveis impactos na formação de professores. Por meio das análises tecidas, apresentam discussões a cerca de alternativas para o enfrentamento do “recuo teórico” na formação de professores, bem como para elevar a consciência crítica para compreensão do significado das contrarreformas educacionais, expressas principalmente nos documentos atuais da BNCC e do Novo Ensino Médio, como forma de resistência à sua implementação.

O segundo estudo, intitulado *“Subprojetos de Química do Programa de Residência Pedagógica um mapeamento da literatura”* é da autoria de Anike Araújo Arnaud, Luciane Fernandes Goes e Carmen Fernandez. Nele, as autoras apresentam um Mapeamento Sistemático da Literatura sobre publicações referentes aos subprojetos de Química do Programa Residência Pedagógica (PRP), buscando evidenciar nas publicações analisadas qual é a relação estabelecida do PRP com o estágio supervisionado, a Base Nacional

Comum Curricular, relações entre teoria e prática e, também, o conteúdo de Química envolvido nas ações desenvolvidas no Programa.

Em *“Recados da escola - narrativas docentes e políticas públicas - o que a escola tem a dizer sobre si?”*, da autoria de Carolina Luiza de Castro da Silva e Sandra Selles, os leitores encontrarão uma investigação em que é posposto refletir sobre a formação docente em Química, tendo a escola como um dos *locus* de formação desses sujeitos. Assim, as autoras, colocam em diálogo narrativas de três docentes de Química que atuam em escolas públicas, indagando sobre os atravessamentos de sua formação inicial em suas práticas profissionais cotidianas no contexto de ressignificação das políticas educacionais, em especial a BNCC, considerando que esta modifica, consideravelmente o fazer docente e o ambiente escolar.

No artigo de Carlos Alberto da Silva Júnior, Gildo Giroto Júnior, Dosil Pereira de Jesus e Salete Linhares Queiroz, intitulado *“Promovendo a Argumentação em Escola Fazenda: Contribuições e Desafios para o Novo Ensino Médio no Brasil”* são focalizadas práticas argumentativas numa escola rural, no contexto da Reforma do Ensino Médio. Nesse sentido, os autores analisam a aplicação de uma sequência didática, associada ao método de estudo de casos, na promoção da argumentação junto a 26 estudantes do Novo Ensino Médio de uma Escola Fazenda, localizada no Estado da Paraíba, Brasil. Os dados construídos e analisados destacam a importância de se contextualizar o significado dos conceitos nas aulas de Química com questões sociocientíficas que emergiram da vida cotidiana dos discentes.

Em *“Inerte, Padronizado e à Vácuo: Base Nacional Comum e Formação Docente em Química para a Alienação”* da autoria de Lucas Alvim e Hélio da Silva Messeder Neto, são analisadas, pelas lentes da Abordagem Histórico Cultural, as reconfigurações sofridas pela formação docente no contexto de implementação das atuais políticas curriculares. Nessa perspectiva, a partir das categorias personalidade e alienação, são analisadas como se forma a personalidade do professor de Química e os possíveis entraves que a BNC-Formação pode gerar na identificação docente com sua função.

O trabalho de Douglas Freitas de Oliveira, Irene Cristina de Mello e Elane Chaveiro Soares intitulado *“Novo Ensino Médio em Mato Grosso: a formação continuada de professores no contexto da rede estadual de Educação”* traz uma pesquisa documental que

descreve e analisa como o Estado de Mato Grosso têm desenvolvido suas ações de formação continuada para proporcionar qualificação aos professores vinculados à sua rede no contexto de implementação do Novo Ensino Médio. A partir de 16 documentos analisados, os autores alertam que a formação continuada de professores foi inicialmente negligenciada até a difusão massiva de plataformas educacionais, oriundas de contratos ou parcerias com empresas privadas, com cursos para formação em larga escala, de caráter instrumental e homogêneo.

No texto intitulado *“O recuo da teoria nas atuais reformas curriculares analisadas a partir da pedagogia histórico-crítica”* de Rafael Moreira Siqueira e Juliana Vilas Bôas Costa Dias, os autores discutem como as atuais reformas curriculares, especialmente a BNCC e o Novo Ensino Médio, no contexto da educação básica, juntamente com as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores da educação básica (Resolução CNE/CP nº 2/2019) e a BNC-Formação, apresentam um extenso recuo da teoria numa perspectiva materialista e como este se apresenta para o ensino de Química. A partir de contribuições da pedagogia histórico-crítica, as análises construídas acenam para as compreensões de que os documentos promovem uma formação flexível e superficial à lógica neoliberal, em que o recuo da teoria ocorre e se conecta enquanto projeto de formação alienada e alienante da classe trabalhadora.

Na investigação socializada por Érica Cunha Figueiredo, Jacira Teixeira Castro e Joelma Cerqueira Fadigas, intitulada *“O Currículo das Ciências da Natureza do Novo Ensino Médio Baiano e o estudante com Deficiência: inclusão ou exclusão?”*, é estudada como a temática da inclusão da pessoa com deficiência está presente no Documento Curricular Referencial da Bahia – Etapa do Ensino Médio, buscando identificar se esse Documento Normativo repete os equívocos da BNCC ou se apresenta novas perspectivas para a Educação Especial. As autoras destacam em seus resultados a urgência de se repensar o Ensino Médio Baiano à luz da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, para garantir a todos os discentes uma educação de qualidade para o desenvolvimento integral desses sujeitos.

Em *“As contrarreformas educacionais como projeto de empresariamento da educação básica no Brasil”* de Matheus Costa Gontijo e Agustina Rosa Echeverría, os leitores encontrarão um estudo que problematiza a intensificação do empresariamento

nas reformas educacionais no Brasil. Deste modo, com base em pressupostos do materialismo histórico, os autores analisam os principais documentos que orientam as reformas neoliberais do final do século XX e discutem as principais intenções da burguesia, bem como as consequências do processo de empresariamento da educação brasileira. Em seus resultados são destacados o aprofundamento do caráter assistencialista atribuído à escola pública, a criação de um dualismo entre a educação destinada à classe trabalhadora e à classe dominante, e como esses aspectos se refletem no esvaziamento do currículo e nos objetivos do Ensino de Ciências.

Por fim, apresentamos uma entrevista realizada por Thiago Antunes-Souza com o professor Otavio A. Maldaner intitulada “*Entrevista com Otavio Aloisio Maldaner: um diálogo sobre experiências na formação de professores*”. Nela, o professor Otavio Maldaner compartilha suas experiências de formação e de atuação na formação de professores. A partir de alguns destaques na sua história de vida, o entrevistado nos revela suas compreensões sobre os conhecimentos profissionais do professor e a importância do reconhecimento destes pela academia e nos processos de proposição e implementação de políticas públicas educacionais.

Nos despedimos, desejando à comunidade uma excelente leitura e que os textos apresentados possam suscitar um debate construtivo e profícuo na comunidade de educadores químicos, a respeito do que temos vivenciado nos últimos anos a partir da interlocução dos documentos oficiais (im)postos e o que de fato tem ocorrido no *locus* da formação inicial e continuada de professores e no contexto escolar.

Maria Inês Petrucci-Rosa

Universidade Estadual de Campinas

Elisa Prestes Massena

Universidade Estadual de Santa Cruz

Thiago Antunes-Souza (organizador convidado)

Universidade Federal de São Paulo